

O mercado de trabalho do Vale do Rio dos Sinos frente aos condicionamentos micro e macroeconômicos no período 1993-06*

*Eduardo Miguel Schneider***

Mestrando em Economia do Desenvolvimento (PUCRS), Coordenador da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre pelo DIEESE Estatística pela UFRGS, Estatística da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre pelo DIEESE

*Ana Paula Queiroz Sperotto****

Resumo

Este artigo realiza uma análise acerca das transformações na estrutura do mercado de trabalho do Vale do Rio dos Sinos no período 1993-06. Para tanto, foram investigados indicadores sobre as características e a evolução recente da população, sua situação ocupacional e de rendimentos, destacando-se a análise em pormenores do grupo dos ocupados — que permite detalhar a análise das características do trabalho regional. Cumprir tais objetivos demandou um processamento especial da base de microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre para os 14 municípios que conformam a Região. A análise dos resultados é balizada pelas particularidades da estrutura produtiva do Vale do Rio dos Sinos, bem como pela compreensão dos rebatimentos dos estrangulamentos micro (como a intensificação da reestruturação produtiva das empresas) e macroeconômicos (como as políticas comerciais e cambiais nacionais) sobre o mercado de trabalho do Vale do Rio dos Sinos desde 1993.

* Artigo recebido em dez. 2008 e aceito para publicação em jun. 2009.

** E-mail: ems@dieese.org.br

*** E-mail: apqs@dieese.org.br

Palavras-chave

Mercado de trabalho; Vale do Rio dos Sinos; reestruturação produtiva.

Abstract

This paper analyzes the changes that occurred in the labor market in the Vale do Rio dos Sinos region between 1993 and 2006. In order to do so, the recent evolution of that population, its occupational and income characteristics, as well as the indicators on these features were investigated, analyzing more closely the group of occupied people in the labor market. Such investigation enabled us to specify the analysis of the regional labor features. The fulfillment of these objectives demanded special processing of the micro database of the Employment and Unemployment Research of Porto Alegre Metropolitan Region, for the fourteen municipalities that constitute this region. The analysis of the results is determined by the particularities of the Vale do Rio dos Sinos production structure, as well as by the comprehension of the micro (such as the intensification of the company's production restructuring) and macroeconomics (such as the national exchange and commercial policies) impacts over the labor market of the Vale do Rio dos Sinos since 1993.

Key words

Labor market; Vale do Rio dos Sinos; Production restructuring.

Classificação JEL: J21.

Introdução

Historicamente, o Vale do Rio dos Sinos¹ é de grande importância tanto na economia quanto no mercado de trabalho no Rio Grande do Sul. Em termos da

¹ Cabe ressaltar-se que o contorno geográfico de municípios partícipes do Vale do Rio dos Sinos neste trabalho seguiu, basicamente, as definições que privilegiam o critério de divisão política, tais como as utilizadas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), pela Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan) e pelo Conse-

economia, o Corede Vale do Rio dos Sinos concentrou 15,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul em 2005, sendo responsável pela segunda maior participação entre os 22 Coredes do Estado (FEE, 2008). Por sua vez, o Corede Vale do Rio dos Sinos destacou-se ainda pela expressiva presença das atividades industriais, que participaram com 39,5% do seu PIB em 2005 — a maior representatividade industrial no PIB entre todos os Coredes do Estado e bem acima da participação industrial no PIB do Estado, que se situou em 30,3% (FEE, 2008). Em termos do mercado de trabalho, o Vale do Rio dos Sinos reuniu 36,2% da População Economicamente Ativa (PEA²) da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) em 2006 (PED-RMPA, 2007); por sua vez, a RMPA concentrou aproximadamente um terço da população total do Estado nesse ano (FEE, 2008a).

Ao longo dos anos 90, a exemplo do ocorrido em nível nacional, o Vale do Sinos passou por profundas transformações produtivas, decorrentes de um ambiente macroeconômico de maior adversidade, dadas as políticas de abertura econômica e cambial implementadas. Esse contexto teve rebatimentos sobre o posicionamento estratégico microeconômico das empresas que tiveram, na reestruturação produtiva, a alternativa para se inserirem em um mercado cada vez mais internacionalizado e competitivo. Essas transformações, como não poderia deixar de ser, repercutiram sobremaneira no mercado de trabalho regional.

Contudo, de acordo com o que a revisão bibliográfica indicou, não existem estudos que realizem um diagnóstico acerca da estrutura do mercado de trabalho no Vale do Sinos, tampouco que propiciem investigar os rebatimentos das transformações produtivas a que esteve submetida a economia do Vale do Rio dos Sinos, desde os anos 90, sobre as características do mercado de trabalho na região.

Nesse sentido, o presente artigo pretende diagnosticar a estrutura do mercado de trabalho no Vale do Sinos e verificar como esse mercado reagiu frente às transformações no ambiente econômico, na década passada e no início da atual. Tais informações poderão subsidiar o diálogo social tripartite (Governo, empresários e trabalhadores) acerca de suas ações conjuntas de intervenção nesse mercado, a fim de se corrigirem suas “falhas”. Atores como os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, as secretarias municipais do trabalho e de

Iho de Desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos (Consinos). Segundo essas instituições, o recorte da região do Vale do Rio dos Sinos contempla uma nominata de 14 municípios, quais sejam: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul.

² Parcela da população em Idade Ativa (PIA) — população com 10 anos ou mais — efetivamente engajada no mercado de trabalho, na condição de ocupado ou de desempregado.

desenvolvimento, as comissões municipais tripartites de emprego, trabalho e renda, sindicatos empresariais e de trabalhadores, movimentos sociais e demais entidades de representação podem encontrar no presente estudo subsídios para orientar suas diretrizes estratégicas nessa temática. De acordo com o sentido das discussões que este trabalho possa suscitar, novos recortes analíticos poderão ser eleitos para se aprofundar a abordagem de um ou outro aspecto apenas introdutoriamente aqui tratado.

Cumprir tais objetivos exige uma base de dados que disponibilize informações estatisticamente consistentes sobre variáveis populacionais que permitam a construção de distintos indicadores acerca da estrutura e das condições do mercado de trabalho no Vale do Rio dos Sinos. A base de dados mais afeita a cumprir tal demanda foi encontrada na Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA).

Nesse sentido, a base de dados histórica da pesquisa, desde 1993 até 2006, foi reprocessada para os municípios que compõem o Vale do Rio dos Sinos, de modo a permitir-se a construção dos principais indicadores do mercado de trabalho — privilegiando o maior conhecimento acerca da estrutura demográfica, das condições de atividade da população e as principais características dos ocupados na região.

Este artigo está estruturado, basicamente, em duas seções. A primeira é dedicada à investigação da estrutura dos principais agregados demográficos e indicadores do mercado de trabalho, bem como à sua evolução entre 1993 e 2006. Na segunda, são investigados, em pormenores, a dinâmica e as características mais importantes dos ocupados no que tange aos atributos pessoais e de escolaridade, às formas de contratação ou de inserção no mercado de trabalho, aos setores e aos principais ramos de atividades industriais, à jornada de trabalho e aos rendimentos.

1 Comportamento dos principais agregados demográficos e indicadores do mercado de trabalho no Vale do Rio dos Sinos

De 1993 a 2006, observou-se um crescimento de 44,0% da População em Idade Ativa no Vale do Rio dos Sinos, que passou a ser estimada em 1.169 mil indivíduos no último ano. No mesmo período, a PEA cresceu 41,3%, vindo a ser estimada em 671 mil pessoas, em 2006. O número de pessoas ocupadas entre 1993 e 2006 aumentou 35,5%, passando a 576 mil indivíduos no último ano. Como se constata, a PEA cresceu relativamente mais que os ocupados,

verificando-se, assim, o aumento no número de desempregados, que quase duplicou no período — atingiu 95 mil indivíduos em 2006. Em outras palavras, no período em estudo, os 151 mil novos postos de trabalho criados não lograram incorporar todas as 196 mil pessoas que ingressaram na força de trabalho do Vale do Rio dos Sinos. Desse modo, o saldo do período foi o aumento de 45 mil pessoas no contingente de desempregados (Tabela 1).

Tabela 1

Estimativas da População em Idade Ativa (PIA), da População Economicamente Ativa (PEA), dos ocupados e dos desempregados no Vale do Sinos — 1993 e 2006

DISCRIMINAÇÃO	ESTIMATIVAS (1 000 pessoas)		VARIAÇÃO ABSOLUTA (1 000 pessoas)	VARIAÇÃO %
	1993	2006		
PIA	812	1169	357	44,0
PEA	475	671	196	41,3
Ocupados	425	576	151	35,5
Desempregados ...	50	95	45	90,0

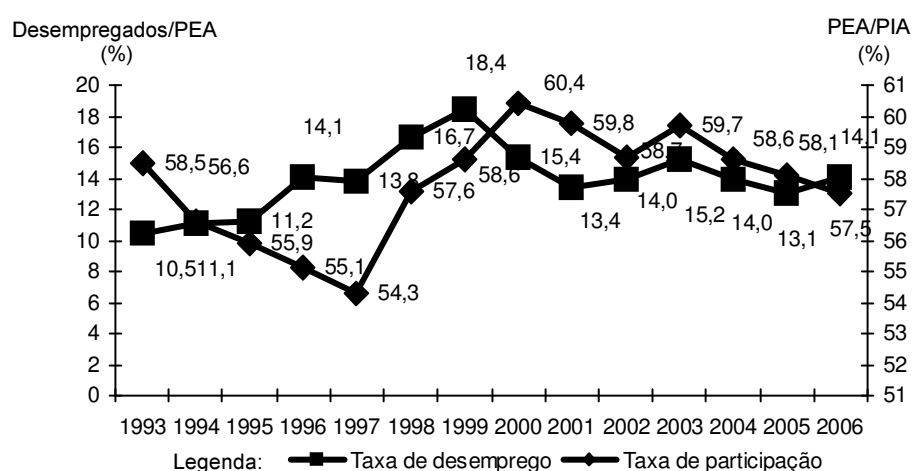
Tais movimentos das estimativas dos grandes contingentes populacionais, conforme sua situação ocupacional, acarretaram o aumento na taxa de desemprego total³ do Vale do Rio dos Sinos. Essa taxa passou de 10,5% da PEA em 1993 para 14,1% em 2006, significando um incremento de 3,6 pontos percentuais no período. Contudo esse crescimento não foi constante em todo o período, mas revela a existência de três grandes momentos. O primeiro caracteriza-se por uma tendência de expansão na taxa de desemprego até 1999. Em sentido oposto, nos dois anos seguintes, observa-se uma expressiva

³ Taxa de desemprego total é igual à relação desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. O desemprego aberto compreende as pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias. Desemprego oculto pelo trabalho precário compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da Pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que se encontram em alguma das seguintes situações: realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício. Desemprego oculto pelo desalento e outros compreendem as pessoas sem trabalho e que não o procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

diminuição na taxa, que recuou em, aproximadamente, 5 pontos percentuais. Por fim, o terceiro momento, compreendendo o período entre 2002 e 2006, registra uma flutuação em torno de uma taxa média de desemprego de cerca de 14% (Gráfico 1).

Gráfico 1

Taxas anuais de desemprego total e de participação, no Vale do Sinos — 1993-06



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Outro indicador importante para a análise do mercado de trabalho é a taxa de participação, que revela a pressão que determinada população exerce sobre seu mercado de trabalho. O crescimento menos acentuado da PEA em relação à PIA no mercado de trabalho do Vale do Rio dos Sinos, no intervalo de tempo entre 1993 e 2006, levou a taxa de participação a apresentar uma tímida diminuição de 58,5% para 57,5%; não obstante tenha registrado substancial oscilação no período, atingido seu valor mínimo em 1997 (54,3%) e seu valor máximo em 2000 (60,4%) (Gráfico 1).

No intuito de caracterizar em pormenores o perfil da força de trabalho do Vale do Rio dos Sinos, analisar-se-á a distribuição da PIA e das taxas de participação e de desemprego quanto aos atributos sexo, faixa etária, cor, escolaridade e posição no domicílio. As estatísticas doravante analisadas podem ser visualizadas na Tabela 2.

Tabela 2

Distribuição da População em Idade Ativa (PIA), taxa de participação e taxa de desemprego, segundo atributos pessoais e escolaridade, no Vale do Sinos — 1993 e 2006

INDICADORES	(%)					
	DISTRIBUIÇÃO DA PIA		TAXA DE PARTICIPAÇÃO		TAXA DE DESEMPREGO	
	1993	2006	1993	2006	1993	2006
Sexo	100,0	100,0	-	-	-	-
Homens	49,0	48,1	73,4	66,8	9,6	12,0
Mulheres	51,0	51,9	44,2	48,8	12,0	16,8
Idade	100,0	100,0	-	-	-	-
De 10 a 15 anos	15,7	11,5	13,8	(1)-	23,1	(1)-
De 16 a 24 anos	20,2	19,3	75,5	71,7	16,7	23,8
De 25 a 39 anos	33,3	26,5	76,9	82,4	8,3	12,7
De 40 anos e mais	30,8	42,7	50,5	50,4	6,5	8,9
Cor	100,0	100,0	-	-	-	-
Negro	8,6	9,0	58,1	55,9	15,9	19,0
Não negro	91,4	91,0	58,6	57,6	10,0	13,7
Posição no domicílio	100,0	100,0	-	-	-	-
Chefe	34,9	37,7	78,8	68,0	6,9	8,5
Cônjuge	27,1	25,5	45,5	54,3	9,3	13,9
Demais membros	38,0	36,8	49,2	48,8	16,7	22,4
Escolaridade	100,0	100,0	-	-	-	-
Analfabetos	5,2	2,5	33,3	(1)-	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto	65,9	47,0	53,7	42,2	11,7	15,9
Fundamental completo mais médio incompleto	16,1	20,8	68,2	63,4	11,4	18,1
Médio completo mais superior incompleto	10,6	25,6	80,2	80,5	5,6	11,5
Superior completo	2,2	4,1	87,9	84,8	(1)-	(1)-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Quanto ao atributo gênero, verifica-se que a parcela na PIA de ambos os sexos pouco se alterou no período 1993-06. Contudo, no último ano, as mulheres representaram parcela ligeiramente maior que a dos homens na PIA, respectivamente, 51,9% e 48,1%. Todavia essa maior proporção das mulheres na PIA não se reflete na sua taxa de participação. Não obstante a taxa de participação das mulheres tenha avançado consideravelmente no período em questão (de 44,2% para 48,8%), ela se situa bem abaixo da taxa de participação dos homens (66,8%), demonstrando a dificuldade feminina para se inserir no mercado de trabalho. Por fim, a taxa de desemprego total consolida o quadro da discriminação contra a mulher no mercado de trabalho no Vale, tal como verificado em todas as outras regiões onde a PED é realizada.⁴ Em todo o período, a taxa de desemprego para as mulheres foi superior à dos homens e atingiu 16,8% da PEA feminina em 2006 — frente a uma taxa de desemprego total masculina de 12,0% da PEA no mesmo ano.

Em termos de faixa etária, verifica-se que somente o segmento de 40 anos e mais ampliou sua proporção na PIA (em 38,6%), sintetizando as características da evolução demográfica do Vale do Rio dos Sinos entre 1993 e 2006, sinalizando um “amadurecimento” da força de trabalho⁵, a exemplo do que vem ocorrendo, de modo geral, no Brasil. Desse modo, o maior contingente populacional em idade ativa — que, em 1993, se concentrava na faixa entre 25 e 39 anos (33,3%) —, em 2006, passou a ser o de pessoas com 40 anos e mais (42,7%). De qualquer modo, a taxa de participação das pessoas de 40 anos e mais permaneceu estável e encerrou 2006 em 50,4%. Para as pessoas com 25 a 39 anos, a taxa de participação aumentou consideravelmente, atingindo 82,4% no último ano. Para as faixas etárias abaixo de 24 anos, a taxa de participação caiu, revelando, por hipótese, de um lado, a maior atenção da população jovem aos estudos e, de outro, as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho para essa parcela da população. Corroborando essa última afirmativa, observa-se que, em 2006, a taxa de desemprego para os jovens (23,8%) foi praticamente o dobro da taxa de desemprego para as pessoas entre 25 e 39 anos (12,7%), que, por sua vez, superou a taxa para aqueles com 40 anos e mais (8,9%). Outrossim, todas as faixas etárias registraram aumento da taxa de desemprego no período entre 1993 e 2006, no Vale do Rio dos Sinos.

⁴ Em 2006, as taxas de desemprego em proporção da PEA para homens e mulheres foram de, respectivamente, 11,0% e 16,9% na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 15,9% e 21,8% no Distrito Federal, 12,0% e 16,9% na Região Metropolitana de Porto Alegre, 18,4% e 24,8% na Região Metropolitana do Recife, 20,4% e 27,0% na Região Metropolitana de Salvador, e 13,4% e 18,6% na Região Metropolitana de São Paulo (As mulheres..., 2007).

⁵ As outras faixas etárias perderam participação na PIA, com destaque para aquelas entre 10 e 15 anos e entre 25 e 39 anos.

Em relação à cor, verifica-se que a PIA negra cresceu relativamente mais que a população não negra no Vale do Rio dos Sinos, entre 1993 e 2006.⁶ De todas as formas, a população não negra ainda constituía a absoluta maioria na região, no último ano, alcançando 91,0% da PIA. As taxas de participação segundo a cor revelavam maior equidade no início do período (diferença de 0,5 ponto percentual), mas, em 2006, chegaram a atingir 1,7 ponto percentual — quando a taxa de participação dos negros foi de 55,9%, e a dos não negros, de 57,6%, conformando um quadro de preconceito racial no mercado de trabalho regional. Essa perspectiva indesejável confirma-se na análise dos dados de desemprego por cor. Para a PEA negra, a taxa de desemprego total foi de 19,0%, enquanto, para a população não negra, foi de 13,7%.

Quanto à escolaridade, constata-se o aumento do grau de instrução médio na PIA do Vale do Rio dos Sinos, no período em análise. A proporção de pessoas com até ensino fundamental incompleto reduziu-se de 71,1% em 1993 para 49,5% em 2006. De outro lado, a parcela da PIA com ensino fundamental completo até superior completo ampliou-se consideravelmente, com destaque para a daqueles com ensino médio completo e superior incompleto, que se ampliou de 10,6% para 25,6% entre 1993 e 2006. Contudo esse aumento de escolaridade da PIA, em um contexto de expansão da ocupação insuficiente para incorporar as pessoas que se inseriam no mercado de trabalho, não repercutiu no aumento da participação desses contingentes mais escolarizados no mercado de trabalho. A taxa de participação daqueles indivíduos com ensino fundamental completo e médio incompleto, bem como a dos com ensino superior completo, apresentou declínio. Somente para as pessoas com ensino médio completo e superior incompleto apresentou relativa estabilidade. Quanto à taxa de desemprego, o crescimento foi generalizado para todos os níveis de instrução. O segmento com maior crescimento, foi o das pessoas com ensino médio completo e superior incompleto, chegando a ser, em 2006, um pouco mais que o dobro da taxa apresentada para o ano de 1993 (de 5,6% para 11,5%). Ademais, o segmento daqueles com ensino fundamental incompleto e médio completo teve, também, sua taxa elevada (de 11,4% para 18,1%).

Refletindo os novos arranjos familiares que se desenvolvem no seio da sociedade, por fatores culturais ou produtivos, a proporção de pessoas na posição de chefes de domicílio no Vale do Rio dos Sinos aumentou de 34,9% em 1993 para 37,7% em 2006. Contudo o engajamento dos indivíduos nessa condição no mercado de trabalho caiu de 78,8% para 68,0% no período, sinalizando, talvez, a crescente importância de aposentados e pensionistas na manutenção das

⁶ Os negros englobam indivíduos negros e pardos, e os não negros, brancos e amarelos.

condições financeiras materiais dos domicílios. De outra parte, a crescente importância do segmento de chefes de domicílio torna-se particularmente mais dramática à luz do aumento da taxa de desemprego para esse segmento. Entre 1993 e 2006, a taxa de desemprego dos indivíduos na condição de chefe de domicílio aumentou de 6,9% para 8,5%.

2 Comportamento da ocupação no Vale do Rio dos Sinos

Nesta seção, o foco analítico é a abordagem da dinâmica da ocupação no Vale do Rio dos Sinos, entre 1993 e 2006. Detalhando-se em pormenores a evolução de várias dimensões da ocupação no Vale, pretende-se caracterizar a alocação da força de trabalho ocupada na região, em termos de atributos, da forma de inserção no mercado de trabalho, dos setores e ramos, dos rendimentos e da jornada de trabalho. O acúmulo de conhecimento acerca da *performance* da ocupação, enquanto um dos principais determinantes de movimentos importantes no desempenho do mercado de trabalho, contribuirá sobremaneira na compreensão do funcionamento desse mercado no Vale e poderá subsidiar o maior entendimento histórico recente sobre a lógica econômica de alocação de recursos produtivos, bem como orientar novos investimentos privados ou em políticas públicas de desenvolvimento, emprego e renda regionais.

2.1 Atributos

A análise da evolução da distribuição dos ocupados por atributos fornece um quadro-síntese das características acerca da força de trabalho ocupada no mercado de trabalho do Vale do Sinos, no período 1993-06 (Tabela 3).

Em termos de gênero, destaca-se a tendência ao aumento da participação das mulheres entre os trabalhadores ocupados, frente à diminuição da participação dos homens. A participação das mulheres aumentou de 37,9% em 1993 para 42,7% em 2006, significando um incremento de 12,7% no período, ao passo que a participação dos homens diminuiu de 62,1% no primeiro ano em análise para 57,3% ao final do período em questão, significando uma diminuição de 7,7%. Nesse particular, vale sublinhar-se que essa dinâmica não é uma especificidade do mercado de trabalho do Vale do Sinos, mas a identificação desse comportamento nessa região evidencia que ela segue o padrão genericamente observado no mercado de trabalho nacional, nestas últimas décadas. Contudo,

mesmo com essa evolução favorável às mulheres no período em análise, os homens continuam sendo, majoritariamente, a população ocupada — embora não sejam a maioria na PIA, e isso a difere de outras regiões brasileiras.

Tabela 3

Distribuição dos ocupados, segundo atributos pessoais e escolaridade,
no Vale do Sinos — 1993-06

	(%)						
INDICADORES	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Sexo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	62,1	62,1	62,3	62,4	61,7	60,0	58,9
Mulheres	37,9	37,9	37,7	37,6	38,3	40,0	41,1
Idade	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
De 10 a 15 anos	3,2	2,5	2,2	1,9	1,3	1,4	(1) -
De 16 a 24 anos	24,2	23,4	22,2	22,1	21,1	22,4	22,3
De 25 a 39 anos	44,8	44,9	44,6	43,7	43,9	43,4	41,5
De 40 anos e mais	27,8	29,2	31,0	32,3	33,7	32,8	35,3
Cor	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Negro	8,0	8,4	8,4	6,2	8,4	7,2	6,4
Não negro	92,0	91,6	91,6	93,8	91,6	92,8	93,6
Posição no domicílio	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	48,9	49,7	50,4	50,1	50,1	50,1	48,4
Cônjuge	21,3	21,3	22,0	21,5	21,2	22,4	23,4
Demais membros	29,8	29,0	27,6	28,4	28,7	27,5	28,2
Escolaridade	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabetos	2,8	2,8	2,5	1,8	1,3	1,5	1,4
Fundamental incompleto	59,8	58,2	56,4	53,6	48,1	44,6	46,1
Fundamental completo mais médio incompleto	18,5	18,8	20,3	20,9	23,1	22,3	21,5
Médio completo mais supe- rior incompleto	15,3	16,2	17,2	19,3	22,6	26,1	25,6
Superior completo	3,6	3,9	3,6	4,4	4,9	5,5	5,4

(continua)

Tabela 3

Distribuição dos ocupados, segundo atributos pessoais e escolaridade,
no Vale do Sinos — 1993-06

	(%)						
INDICADORES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Sexo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	58,0	58,7	57,3	58,3	57,7	57,7	57,3
Mulheres	42,0	41,3	42,7	41,7	42,3	42,3	42,7
Idade	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
De 10 a 15 anos	1,3	1,1	(1)-	0,9	(1)-	(1)-	(1)-
De 16 a 24 anos	23,1	22,4	22,5	22,2	23,2	22,3	21,3
De 25 a 39 anos	39,7	40,4	40,4	39,8	39,3	38,6	38,6
De 40 anos e mais	35,9	36,1	36,5	37,1	36,9	38,6	39,7
Cor	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Negro	6,7	6,5	6,2	5,9	7,0	7,3	8,2
Não negro	93,3	93,5	93,8	94,1	93,0	92,7	91,8
Posição no domicílio	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	47,3	49,0	47,9	48,0	48,0	47,4	47,7
Cônjuge	23,1	23,9	23,9	23,2	23,3	23,3	24,1
Demais membros	29,6	27,1	28,2	28,8	28,7	29,3	28,2
Escolaridade	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabetos	1,5	1,0	1,1	1,2	0,9	0,8	(1)-
Fundamental incompleto	43,6	43,6	39,2	38,9	36,6	34,3	33,7
Fundamental completo mais							
médio incompleto	21,3	20,9	21,1	21,8	22,9	22,8	21,9
Médio completo mais supe-							
rior incompleto	27,0	28,1	31,5	31,6	33,6	35,3	36,9
Superior completo	6,6	6,4	7,1	6,5	6,0	6,8	6,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Em paralelo à queda da participação masculina na força de trabalho, observa-se também, em termos da posição no domicílio, uma pequena queda na presença de chefes do domicílio entre os ocupados (de 48,9% para 47,7%). Não obstante a noção de chefe não guarde correspondência explícita ao gênero ou à

dependência econômica, tanto fatores culturais quanto a estrutura de rendimentos a favor dos homens tendem a identificar no sexo masculino o papel de principal provedor ou responsável pela condição e pela manutenção socioeconômica do domicílio⁷, ligando, portanto, a esse sexo a posição de chefia. Nesse sentido, dimensões antropológicas, sociológicas e econômicas concorrem para o rearranjo das estruturas familiares, e também, sob esse aspecto, o Vale do Sinos não se distancia do padrão mais amplamente observado.

Quanto à inserção ocupacional segundo a cor, não se constatam, no Vale do Sinos, alterações significativas entre 1993 e 2006. A participação dos negros entre os ocupados ampliou-se tão somente de 8,0% para 8,2%, enquanto, para os não negros, caiu de 92,0% para 91,8%. Ainda que o sentido da evolução tenha sido favorável à população negra, a participação desta não logrou aproximar-se da sua representatividade na PIA. Colabora para essa realidade o fato, anteriormente constatado, de que os negros apresentam uma taxa de participação mais baixa e uma taxa de desemprego mais alta que os não negros.

Em relação à distribuição dos ocupados quanto à faixa etária, verifica-se que o sentido da evolução da estrutura etária acompanha, de um modo geral, a trajetória da estrutura etária da PIA: caem as participações para as faixas etárias até 39 anos e aumenta a participação para a faixa etária acima de 40 anos. Isso denota que o mercado de trabalho refletiu as transformações demográficas da região, como o amadurecimento da força produtiva. Contudo a intensidade das variações nas parcelas de cada faixa etária da PIA e entre os ocupados não é a mesma, denotando diferenciadas oportunidades de inserção ocupacional conforme a faixa etária considerada.

Para a população jovem, a participação na PIA registrou queda de 4,4%, enquanto, entre os ocupados jovens, o declínio da participação dessa população chegou a 11,9%. Esses números indicam, por um lado, um desejável prolongamento no tempo de estudos, mas, por outro, as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho às quais está submetida essa parcela da população.

Já os ocupados entre 25 e 39 anos também perderam participação no total de ocupados (-13,8%), porém ocorre que, nessa faixa etária, a PIA encolheu-se consideravelmente mais (-20,4%). Isso indica perspectivas ocupacionais relativamente melhores que as dos jovens para essa população, que efetivamente atinge sua maturidade enquanto força de trabalho.

Contudo a única faixa etária que aumenta sua participação tanto na PIA quanto nos ocupados é a população com 40 anos e mais. Merece ser sublinhado o fato de que a expansão na participação da população nessa faixa etária foi

⁷ Ainda que se observe que vem aumentando consideravelmente o número de famílias chefiadas por mulheres nas últimas décadas.

muito significativa em ambos os contingentes considerados: na PIA, o crescimento entre 1993 e 2006 foi de 38,6%, e, entre os ocupados, de 42,8%. Outra especificidade, nessa faixa etária, é que a sua participação entre os ocupados aumenta relativamente mais que na PIA. Em que pesem profundas mudanças demográficas quanto à expectativa de vida e transformações culturais quanto à atividade produtiva na terceira idade, essas estatísticas também sinalizam a crescente valorização da experiência de vida e profissional como critério de seleção ocupacional — a análise precedente, quanto à diminuição da parcela de jovens ocupados, também corrobora essa perspectiva.

Ademais, cabe mencionar-se que, não obstante que a população entre 10 e 15 anos registre queda de 26,75% na sua participação na PIA, sua parcela ocupada também apresenta considerável redução e chega, inclusive, a perder significância estatística, de modo que a estimativa não pôde ser divulgada nos últimos anos. Tal fato indica, se ainda não a erradicação, a diminuição considerável do trabalho infantil na região.

Quanto à escolaridade, de um modo geral, o sentido das quedas nas participações da população com até ensino fundamental incompleto e do aumento nas participações das parcelas com escolaridade acima do fundamental completo — tal como identificadas na PIA — também é registrado entre os ocupados, sinalizando um aumento geral no nível de escolaridade tanto da PIA quanto entre os ocupados. Desta feita, enquanto, em 1993, os ocupados com até o ensino fundamental incompleto eram a maioria da população ocupada (62,6%), em 2006, a maioria da população com trabalho esteve concentrada justamente nos níveis de escolaridade imediatamente superiores, ou seja, com, no mínimo, ensino fundamental completo (65,3%). Pesaram nessa melhoria do nível de escolaridade entre os ocupados a queda substancial da participação dos postos de trabalho com ensino fundamental incompleto — de 59,8% em 1993 para 33,7% em 2006, significando uma queda de 43,6% — e o aumento da parcela de trabalhadores com ensino médio e superior — a parcela dos ocupados com ensino médio completo ou ensino superior incompleto chegou a aumentar 141,2%, enquanto a participação dos ocupados com ensino superior completo cresceu 88,9%.

2.2 Formas de contratação

Uma das tendências que marcaram a trajetória do mercado de trabalho brasileiro na década de 90 foi a desregulamentação das formas de contratação de trabalhadores pelas empresas. Esse movimento esteve em consonância com

as novas estratégias das empresas, em plena reestruturação produtiva frente aos desafios da abertura comercial e da intensificação da concorrência: integração das cadeias produtivas e flexibilização da produção frente às flutuações cíclicas da economia (Schneider, 2003). Nesse sentido, a contratação padrão (assalariados com carteira assinada e estatutários) perdeu espaço para as formas de contratação à margem da contratação padrão (assalariados sem carteira assinada, assalariados terceirizados e autônomos para uma empresa). Essa tendência foi, em alguma medida, revista nos primeiros anos da presente década (Schneider; Rodarte, 2007).

No Vale do Sinos, não foi diferente. Em 1993, a parcela de postos de trabalho gerados pelas empresas à margem da contratação padrão era de 16,4%.⁸ Durante os anos 90, a participação dessa modalidade de contratação cresceu e chegou a atingir, em 2000, a maior participação no total de postos gerados pelas empresas de todo o período em análise (25,2%). Desde aquele ano, observa-se um retrocesso na forma de contratação à margem da contratação padrão,⁹ de modo que sua participação atingiu 22,7% do total de postos gerados por empresas em 2006. Em síntese, embora se tenha registrado, desde o ano 2000, um avanço da forma de contratação padrão, essa recuperação ainda não foi suficiente para compensar a perda de participação ocorrida ao longo da década passada (Gráfico 2).

Ao aprofundar-se a análise dos dados, percebe-se que, na evolução da forma de contratação padrão, pesou, sobremaneira, a dinâmica dos postos de trabalho assalariados com carteira de trabalho assinada no setor privado. Essa modalidade de contratação, frequentemente denominada “formalizada”, iniciou o período, em 1993, participando com 73,3% no total dos postos de trabalho gerados pelas empresas, alcançou a menor proporção em 2000 (64,9%) e terminou o período, em 2006, esboçando uma recuperação: atingiu a parcela de 68,0% dos postos. Já nos postos de trabalho gerados à margem da contratação padrão, em contraponto, pesou a trajetória dos postos de trabalho assalariados sem carteira de trabalho assinada no setor privado, que representavam 9,4% do total em 1993, chegaram a atingir 14,1% em 2001 e encerraram o período participando com 12,3% em 2006. A mesma trajetória foi compartilhada pela contratação à margem da padrão na forma de autônomos para uma empresa: em 1993, participava com 5,6%, alcançou 7,5% em 2000 e encerrou o período, em 2006,

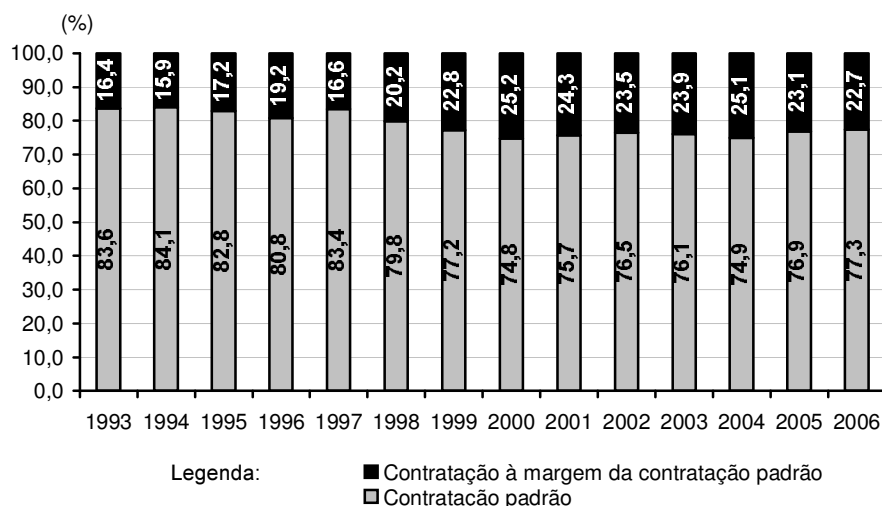
⁸ Esse foi o segundo menor resultado no período entre 1993 e 2006, superado apenas pelo ano de 1994, quando havia sido de 15,9%.

⁹ Exceção aos anos de 2003 e 2004, quando ocorreu um pequeno aumento da participação dessa modalidade.

com 4,1%. Por fim, no que tange aos contratos à margem da contratação padrão, cabe referir-se a evolução dos trabalhadores contratados sob a forma de assalariados sem carteira assinada no setor público e de assalariados terceirizados¹⁰. As participações dessas formas de contratação iniciaram o período com uma proporção estatística tão reduzida que sequer permitiam a desagregação das categorias e terminaram o período com participações que atingiram, respectivamente, 1,9% e 4,4% (Tabela 4).

Gráfico 2

Distribuição percentual dos postos de trabalho gerados por empresas, segundo formas de contratação no Vale do Sinos — 1993-06



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

¹⁰ Segundo a PED, são aqueles trabalhadores assalariados que identificam como empresa pagadora de seu salário uma diferente daquela em que exercem suas atividades laborais.

Tabela 4

Distribuição dos postos de trabalho gerados por empresas, segundo formas de contratação, no Vale do Sinos, em anos selecionados

	(%)			
FORMAS DE CONTRATAÇÃO	1993	2000	2001	2006
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO ...	100,0	100,0	100,0	100,0
Contratação padrão	83,6	74,8	75,7	77,3
Assalariados contratados diretamente				
Com carteira no setor privado	73,3	64,9	66,0	68,0
Com carteira no setor público	4,6	3,1	2,5	2,9
Estatutário	5,7	6,8	7,2	6,4
Contratação flexibilizada	16,4	25,2	24,3	22,7
Assalariados contratados diretamente				
Sem carteira no setor privado	9,4	13,4	14,1	12,3
Sem carteira no setor público	(1)-	1,5	1,7	1,9
Assalariados terceirizados	(1)-	2,8	3,0	4,4
Autônomos para uma empresa	5,6	7,5	5,5	4,1

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

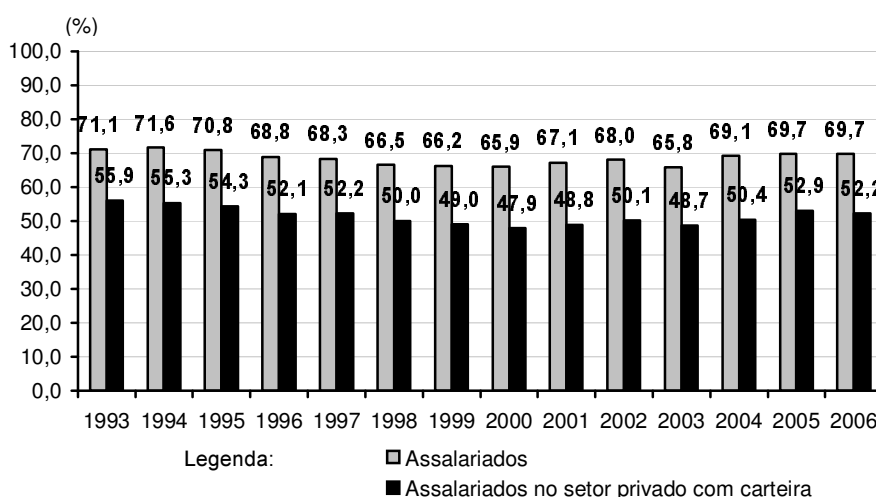
2.3 Posição na ocupação

A distribuição do total de ocupados por posição na ocupação demonstrou que houve uma crescente fragilização do mercado de trabalho do Vale do Sinos durante a década de 90. Essa fragilização se expressa no aumento da parcela de trabalhadores em ocupações tradicionalmente consideradas como mais precárias. Nesse sentido, verificam-se a redução do peso do trabalho assalariado no conjunto dos postos de trabalho e o aumento de formas alternativas a esse tipo de inserção — como trabalhadores autônomos, empregados domésticos e trabalhadores familiares sem remuneração salarial. Esses segmentos alternativos são considerados mais precários, uma vez que, geralmente, estão associados a atividades de menor nível de produtividade, com menores rendimentos, a trabalhos mais instáveis, com menor proteção social, e a condições de trabalho mais inadequadas, em alguns casos até mesmo clandestinas. Ademais, essas formas de trabalho, em geral, inserem-se em segmentos da economia menos dinâmicos e são típicas de regiões com mercados de trabalho heterogêneos.

Desde o início da presente década, porém, delineia-se um movimento de reversão desse fenômeno, diante do aumento relativo do assalariamento, notadamente daquele com carteira de trabalho assinada. A proporção do total de assalariados no Vale do Rio dos Sinos iniciou o período em análise alcançando 71,1% dos ocupados em 1993 — percentual este ainda maior em 1994 (71,6%). Ao longo da década de 90, essa proporção caiu constantemente até o ano 2000, quando chegou a representar somente 65,9% dos ocupados. Após 2001, a parcela dos assalariados voltou a crescer até 2006,¹¹ quando alcançou 69,7%. Contudo a reversão na trajetória dessa característica do mercado de trabalho do Vale do Sinos registrada na década atual ainda não foi suficiente para devolver ao assalariamento o seu patamar registrado no início da série investigada (Gráfico 3).

Gráfico 3

Evolução da participação dos assalariados e dos assalariados do setor privado com carteira no total de ocupados no Vale do Sinos — 1993-06



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Pesou nessa trajetória do assalariamento a evolução daqueles contratados pelo setor privado com carteira de trabalho assinada. Estes, após responderem por 55,9% do total de ocupados em 1993, experimentaram, nos anos seguintes,

¹¹ Salvo no ano de 2003, quando houve um movimento conjuntural adverso na tendência recente de crescimento na participação dos postos de trabalho assalariados.

a redução de sua parcela até 2000, quando atingiram seu patamar mais baixo no período — 47,9% dos postos de trabalho. A partir desse ano, mesmo com oscilações conjunturais, os assalariados do setor privado com carteira de trabalho voltaram a recuperar parcela da perda de participação ocorrida no período precedente — de modo que chegaram, em 2006, a 52,2% dos ocupados na região (Gráfico 3).

Dentre as outras formas de inserção, destaca-se a autônoma, que, inicialmente, respondia por 15,8% dos ocupados em 1993. Os autônomos aumentaram a sua participação ao longo da década passada, até atingirem 18,0% em 1999. Essa tendência de aumento da participação autônoma esteve em consonância, de uma parte, com as estratégias das empresas de contratar profissionais autônomos para reduzir seu assalariamento direto e dispor de relações de trabalho mais flexíveis e, de outra parte, com a busca de uma alternativa de ocupação por parte daqueles que perderam seus postos de trabalho ao longo da década — como atestou o aumento da taxa de desemprego. A partir do ano 2000, os autônomos registraram uma redução na sua parcela entre os ocupados para até 16,8% em 2006 (Tabela 5).

Outra posição que revelou similar dinâmica no período analisado é a dos empregados domésticos. Estes iniciaram o período representando 4,7% dos ocupados, participação esta que cresceu até 1998, quando atingiu 6,2%, e veio a decrescer nos anos seguintes, encerrando 2006 em 5,5%. Essa dinâmica guardou uma relação inversa à crise experimentada pelo setor calçadista, devido a valorização cambial pós Plano Real. O trabalho doméstico vem sendo uma categoria alternativa de ajuste no mercado de trabalho brasileiro: com a piora do mercado de trabalho, muitos daqueles que perdem seu emprego e não vislumbram expectativas de retornar aos antigos postos partem em busca de ocupações de menor rendimento e menor proteção, como é o caso do trabalho doméstico.

Já os empregados familiares sem remuneração salarial têm uma dinâmica muito próxima, e não por acaso. Em períodos de crise, com a perda do emprego, muitos trabalhadores buscam nos laços de solidariedade constituídos na família uma forma de inserção produtiva que lhes propicie o mínimo de condições de sobrevivência — nem que sua remuneração, nesses casos, não seja tradicionalmente a salarial, mas em espécie, como em alimento ou moradia. No Vale do Sinos, com a expansão da indústria calçadista para o meio rural e o assalariamento dessas populações, desenvolveu-se um tipo de trabalhador que passou a ser conhecido na literatura como “operário-colono” (Schneider apud Costa; Passos, 2004). Nesse sentido, a alternativa de retorno à família, para auxiliar em suas atividades — como de agricultura familiar ou em pequenas unidades comerciais ou de manufatura —, passa a atuar como variável de ajuste do mercado de trabalho frente a contextos adversos na demanda.

Tabela 5

Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação, no Vale do Sinos — 1993-06

	(%)						
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
TOTAL DE OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total de assalariados do setor							
privado (1)	62,9	62,9	62,8	59,9	58,9	57,9	58,1
Com carteira assinada	55,9	55,3	54,3	52,1	52,2	50,0	49,0
Sem carteira assinada	7,1	7,5	8,6	7,7	6,7	7,9	9,1
Total de assalariados (2)	71,1	71,6	70,8	68,8	68,3	66,5	66,2
Autônomos	15,8	14,4	15,0	16,1	17,8	17,2	18,0
Empregador	3,2	3,9	3,2	3,4	3,3	4,0	3,6
Empregado doméstico	4,7	5,5	6,1	6,1	5,9	6,2	5,9
Empregado familiar sem remuneração salarial	1,2	(3)-	(3)-	1,4	1,2	1,9	1,6
Outras	4,0	3,7	4,1	4,2	3,5	4,2	4,6
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
TOTAL DE OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total de assalariados do setor							
privado (1)	57,7	59,0	59,6	57,6	60,8	61,6	61,5
Com carteira assinada	47,9	48,8	50,1	48,7	50,4	52,9	52,2
Sem carteira assinada	9,8	10,2	9,5	9,0	10,4	8,7	9,3
Total de assalariados (2)	65,9	67,1	68,0	65,8	69,1	69,7	69,7
Autônomos	17,6	17,3	17,2	18,3	16,7	16,8	16,8
Empregador	4,3	4,3	4,6	4,7	4,2	4,5	4,1
Empregado doméstico	5,7	5,7	5,5	5,9	5,5	5,0	5,5
Empregado familiar sem remuneração salarial	1,7	1,2	1,2	1,2	0,9	(3)-	(3)-
Outras	4,9	4,4	3,5	4,1	3,7	3,3	3,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.
 (1) Excluem os empregados domésticos. (2) Exclui os empregados domésticos; inclui o setor público. (3) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

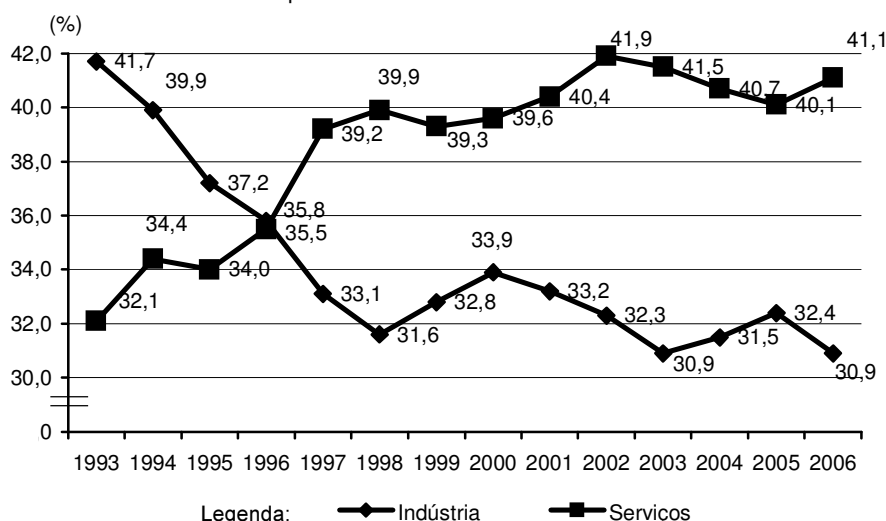
Por fim, merece destaque a posição de empregador, onde a relação de subordinação (que caracteriza em maior ou menor medida as outras posições) não existe, ou se processa de maneira inversa. Essa posição experimentou uma tendência de aumento em quase todo o período, partindo de 3,2% em 1993, atingindo 4,7% em 2003 e registrando pequena queda para 4,1% no último ano da série, 2006. Tal crescimento da posição dos empregadores entre os ocupados esteve também de acordo com estratégia das empresas de terceirizar etapas da produção. Com a reestruturação produtiva da indústria brasileira na década de 90, a flexibilização e a integração da produção passaram a ser imperativos perseguidos pelas empresas. Em que pese a importância da indústria calçadista no Vale do Sinos, vale seu exemplo, ainda que essa mesma orientação estratégica seja compartilhada por outras indústrias. Muitas empresas calçadistas intensificaram, desde a década passada, o expediente de subcontratar outras pequenas e médias empresas para realizarem etapas específicas da produção. Nesse sentido, muitos trabalhadores das indústrias sentiram-se compelidos a se tornar empreendedores de seu próprio negócio, alterando sua relação com a empresa, originalmente de trabalho assalariado, para uma relação contratual de compra e venda de produtos ou serviços no mercado.

2.4 Ocupação por setores e ramos de atividade

Como referido, uma característica que marcou as transformações dos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros na década de 90 foi a fragilização da sua estrutura ocupacional. Em paralelo ao aumento de formas de contratação à margem da legislação trabalhista e da importância dos trabalhos precários como alternativas ao desemprego, como abordado nos tópicos precedentes, essa fragilização esteve relacionada com o fenômeno de queda na capacidade de geração de emprego por parte do setor industrial e com o respectivo aumento da participação do setor serviços. Assim como com as outras tendências já analisadas para o Vale do Sinos, também o ritmo da perda de participação do setor industrial *vis-à-vis* ao aumento da importância do setor serviços na estrutura ocupacional foi arrefecido a partir de 1999 (Gráfico 4).

Gráfico 4

Evolução da participação dos ocupados nos setores indústria e serviços no total de ocupados no Vale do Sinos — 1993-06



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Como se pode depreender da análise do Gráfico 4, a importância dos setores industrial e serviços praticamente se inverteu, no Vale do Sinos, durante o período em questão — mais especificamente, essa inversão ocorreu de 1996 para 1997. Em 1993, o setor industrial era o maior empregador e concentrava originalmente 41,7% do pessoal ocupado. Já em 2006, o setor serviços ocupou a posição de maior empregador, sendo responsável por 41,1% dos postos de trabalho. Esse fenômeno de perda de importância relativa do setor industrial no emprego e de aumento da proporção dos trabalhadores alocados no setor serviços marcou profundamente a estrutura do emprego metropolitano nos anos 90 e esteve em conformidade com as transformações ocorridas no posicionamento estratégico das empresas. Em face da intensificação da concorrência, urgiu a necessidade da reestruturação, que trazia consigo, em termos do fator trabalho, a necessidade de flexibilização. Nesse sentido, foram adotadas estratégias de subcontratação e terceirização de atividades específicas do processo produtivo. Assim, muitos postos de trabalho considerados originalmente industriais, porque eram contratados diretamente pelas empresas industriais, passaram a ser contratados através de empresas especializadas na prestação de determinado serviço,

passando a serem considerados do setor serviços. Ao que sinalizam tanto a realidade produtiva do Vale do Sinos quanto os últimos números apresentados, esse fenômeno na estrutura produtiva e seus rebatimentos sobre o mercado de trabalho não foram diferentes nessa região.

Ademais, os outros setores pouco alteraram suas participações relativas em termos da estrutura ocupacional setorial, ao longo dos anos investigados. O comércio ampliou apenas marginalmente sua proporção no emprego, que, em 1993, era de 15,0% e atingiu 17,1% em 2006. O emprego doméstico ampliou sua parcela de 4,7% para 5,5%, e a construção civil viu declinar sua participação relativa de 5,8% para 5,1%.

Em termos dos principais ramos de atividades industriais — quais sejam, calçados e metal-mecânico¹² —, cabem algumas considerações quanto à estrutura e à evolução de seus respectivos mercados de trabalho. Essas duas indústrias concentraram, conjuntamente, 58,9% dos postos de trabalho industriais no Vale do Rio dos Sinos em 2006 — isoladamente, cada ramo industrial participou com, respectivamente, 34,6% e 24,3%.

Em termos do total de postos de trabalho, em 1993, os ramos calçados e metal-mecânico compreendiam, conjuntamente, 26,9% dos postos de trabalho e, em 2006, passaram a somar somente 18,2% dos postos. Essa diminuição da contribuição desses ramos na ocupação, no Vale do Sinos (que, em termos relativos, foi de -32,3%), acompanhou, em grande medida, a perda de participação da indústria como um todo (-25,9%). Contudo pesou nesse resultado a dinâmica do ramo de calçados, uma vez que o ramo metal-mecânico praticamente manteve sua representatividade inicial na estrutura de trabalho da região.

Em 1993, o ramo calçadista concentrava 19,3% dos ocupados no Vale do Sinos. Ao longo do período até 2006, perdeu 44,6% de sua participação e chegou a representar somente 10,7% dos postos de trabalho no último ano. Esse declínio não foi uniforme entre os anos, mas seguiu, em larga medida, a orientação da política cambial nacional, que condiciona sobremaneira o desempenho desse setor, notadamente voltado a um segmento do mercado internacional fortemente vulnerável às condições cambiais para ser competitivo.¹³ Desse modo, o ramo calçadista perdeu participação na estrutura ocupacional entre 1993 e 1998, recuperou-se nos três anos seguintes e voltou a perder participação a partir de

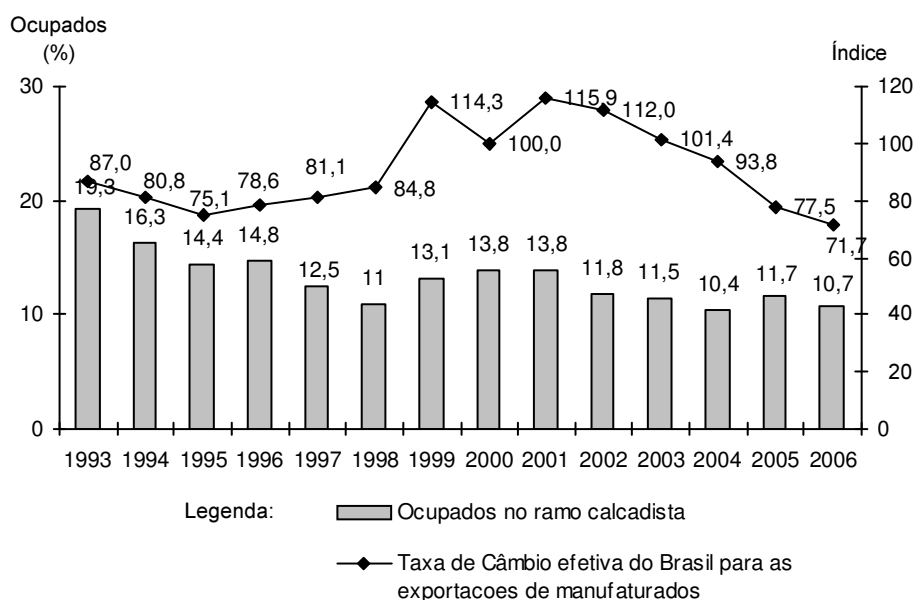
¹² As indústrias de calçados e metal-mecânica reúnem, conjuntamente, 58,9% dos postos de trabalho industriais no Vale do Rio dos Sinos em 2006 — isoladamente, cada ramo industrial participa com, respectivamente, 34,6% e 24,3%.

¹³ Ademais, além dos determinantes cambiais, também cabe referirem-se as implicações do movimento de subcontratação, que, em alguma medida, pode ter deslocado postos de trabalho da indústria para os serviços.

2002. O Gráfico 5 demonstra a relação entre as variáveis de participação na estrutura de emprego do ramo e da paridade de poder de compra internacional dos produtos manufaturados, medida pela taxa de câmbio efetiva real para as exportações de manufaturados.¹⁴

Gráfico 5

Evolução dos ocupados no setor calçadista no Vale do Sinos e da taxa de câmbio efetiva das exportações do Brasil — 1993-06



FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA, 2007). PMPA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA, 2007).

NOTA: Os índices têm como base fixa a média 2000 = 100.

¹⁴ Medida da competitividade das exportações brasileiras calculada pela média ponderada do índice de paridade do poder de compra dos 16 maiores parceiros comerciais do Brasil. A paridade do poder de compra é definida pelo quociente entre a taxa de câmbio nominal (em R\$/unidade de moeda estrangeira) e a relação entre o Índice de Preço por Atacado (IPA) do País em caso e o Índice de Preços por Atacado da indústria de transformação (IPA-IT/FGV) do Brasil. As ponderações utilizadas são as participações de cada parceiro no total das exportações brasileiras de manufaturados em 2001.

2.5 Rendimentos

O rendimento real médio dos ocupados esteve, em 2006, 2,2% acima do verificado no início da série, em 1993. Para os assalariados, o crescimento no mesmo período foi de 3,0%. Desse modo, em 2006, o rendimento real médio dos ocupados e dos assalariados situava-se praticamente no mesmo patamar, sendo, respectivamente, de R\$ 886 e de R\$ 889.

Todavia a análise da evolução desses rendimentos ao longo dos anos, tal como apresentada no Gráfico 6, revela uma trajetória particular que poderia levantar algumas hipóteses explicativas muito instigantes. Observa-se que, em um primeiro momento, entre 1994 e 1998, os rendimentos reais tanto dos ocupados quanto dos assalariados cresceram continuamente no período, todavia em um ritmo decrescente até atingirem, no último ano, os valores mais elevados de toda a série, respectivamente, R\$ 1.021 e R\$ 991. A partir de então, os rendimentos iniciaram uma tendência declinante, que perdurou até 2003-04, desde quando esboçaram, já em um terceiro momento, um tímido movimento de recuperação, que nem de longe recuperou as perdas de renda ocorridas no segundo momento.

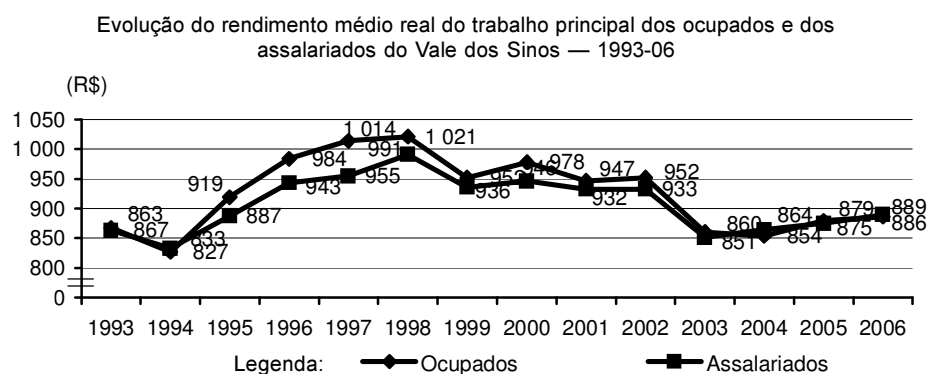
A partir da análise dos rendimentos, seria de se esperar que eles acompanhassem o desempenho da atividade produtiva frequentemente apontada como o carro-chefe da economia regional: a indústria calçadista. E, como frequentemente propalado, a *performance* dessa indústria está, em grande medida, correlacionada ou indexada às flutuações cambiais. Nesse sentido, constata-se uma não esperada relação inversa entre o desempenho dos rendimentos e uma taxa cambial que seja favorável às exportações. Ou seja, quando a taxa de câmbio esteve valorizada (como no período 1994-98), o rendimento aumentou mais.¹⁵ Já nos anos seguintes, quando a taxa de câmbio desvalorizou-se até 2003, a renda decresceu mais. Por fim, nos últimos anos, de câmbio valorizado, o rendimento esboçou alguma recuperação.

Tal evolução suscita o levantamento de algumas hipóteses explicativas: (a) o rendimento proveniente do setor calçadista talvez não seja determinante do nível médio de renda do Vale do Sinos, no sentido de que o bom desempenho da indústria calçadista não seja relevante para que aumente o nível médio dos rendimentos no Vale — ou, inclusive, possa estar atuando no sentido contrário,

¹⁵ Não obstante isso, nesse período em particular, deve-se considerar o efeito retardatário sobre os rendimentos dos reajustes salariais negociados em datas-base que continham ainda resíduos inflacionários de antes e de imediatamente após a estabilização da inflação ocorrida com o Plano Real em 1994.

se os salários pagos na indústria calçadista forem inferiores aos dos outros postos de trabalho; ou, ainda, menos crível, não obstante desejável, (b) os atores sociais, como sindicatos e empresas da indústria calçadista, atuem de forma anticíclica sobre a economia local, ou seja, contraindo os rendimentos em períodos de expansão, a fim de injetar renda em períodos de crise — cabe mencionar-se que essa hipótese exigiria como pressuposto uma racionalidade estratégica de longo prazo pouco comum na tradição dos atores brasileiros. Enfim, outras hipóteses devem ser ainda levantadas e melhor estudadas para a explicação de tal dinâmica dos rendimentos.

Gráfico 6



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: 1. Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício.
 2. Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.
 3. Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de jun./07.

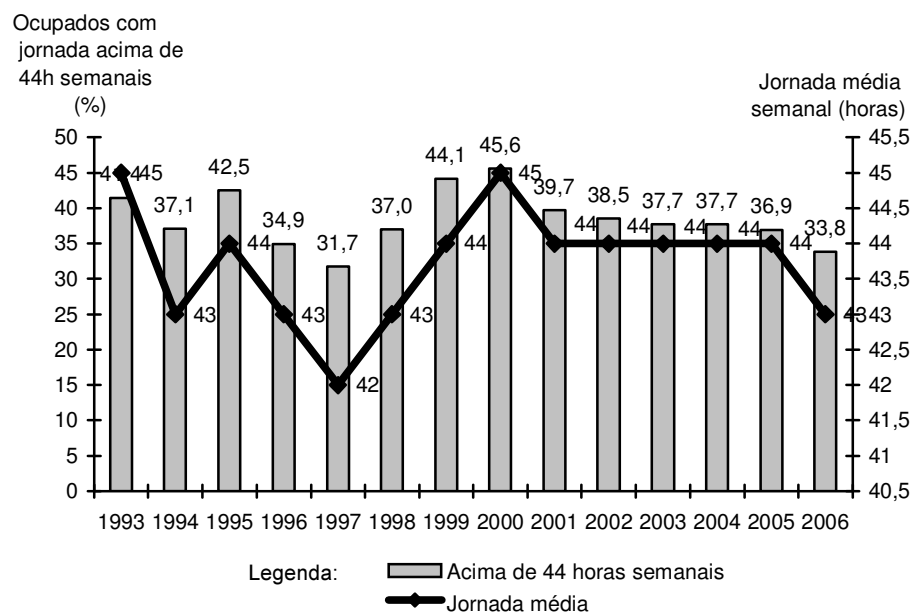
2.6 Jornada de trabalho

A jornada média dos ocupados no Vale do Sinos apresentou considerável oscilação no período 1993-06, contudo significaram variações marginais em torno da jornada máxima legal no País, de 44 horas semanais, não sendo possível afirmar ter havido uma tendência de aumento ou redução na mesma.

Todavia uma análise mais acurada da série parece indicar que a jornada seja, na realidade, uma variável de ajuste aos ciclos de crescimento e de estagnação ou depressão pelos quais passou a economia do Vale do Sinos no período. Ela partiu de um patamar relativamente alto em 1993 (45 horas semanais), decresceu até 1997, quando atingiu o seu valor mais reduzido de toda a série (42 horas semanais), e voltou a crescer, nos anos seguintes, até o ano 2000 (45 horas semanais). Já no ano seguinte, a jornada média semanal dos ocupados na região diminuiu para 44 horas semanais, patamar que persistiu até 2005, quando se observou nova queda para 43 horas semanais (Gráfico 7).

Gráfico 7

Evolução da jornada média semanal dos ocupados e do percentual de ocupados com jornada média semanal acima de 44 horas no Vale do Sinos — 1993-06



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Exclusive os ocupados que não trabalharam na semana.

A análise da evolução do percentual de ocupados com jornada acima de 44 horas semanais corrobora a hipótese de a jornada ser uma variável de ajuste aos ciclos de expansão e de estagnação ou retração por que passou a economia da região entre 1993 e 2006. Observa-se que o percentual de trabalhadores com jornada acima de 44 horas semanais se situou em 37,7%, na média de todo o período. Constata-se que, somente em alguns poucos anos, esse percentual foi superado, onde merecem ser sublinhados os anos de 1999 e 2000, que atingiram, respectivamente, 44,1% e 45,6%. Notadamente, foi nesses anos que a desvalorização cambial propiciou uma retomada da atividade produtiva voltada à exportação na região. Ou seja, em períodos de expansão produtiva, recorre-se, imediatamente, ao aumento da jornada, via realização de horas-extras — muitas vezes, atreladas a um banco de horas.

3 Considerações finais

A dinâmica ocupacional entre 1993 e 2006, no Vale do Rio dos Sinos, foi insuficiente para absorver as pessoas que ingressavam no mercado de trabalho — mesmo com um crescimento da PEA abaixo do da PIA no período. Com isso, a taxa de desemprego aumentou nesses 14 anos analisados. A trajetória do desemprego no Vale do Rio dos Sinos esteve muito relacionada à dinâmica cambial, devido, provavelmente, ao peso das exportações na estrutura produtiva industrial, mormente calçadista. Quando o câmbio esteve valorizado, ao longo dos anos 90, o desemprego somente aumentou; já ao longo da atual década, após um período de desvalorização da taxa de câmbio, a taxa de desemprego caiu, vindo a arrefecer essa sua queda recentemente, com a revalorização cambial dos últimos anos. Nota-se, portanto, a importância da política cambial na economia e seus consequentes rebatimentos sobre o nível de desemprego no mercado de trabalho do Vale do Rio dos Sinos. Provavelmente, a correlação entre câmbio e dinâmica ocupacional seja maior no Vale do Rio dos Sinos do que em outras regiões brasileiras — ponto que carece ser ainda melhor analisado.

Em termos de atributos populacionais, muitas das características demográficas são comuns de regiões metropolitanas brasileiras em que a atividade industrial é fortemente indutora do desenvolvimento regional. Ocorreu, no Vale do Rio dos Sinos, um amadurecimento etário e um aumento dos níveis de escolaridade da população. Em termos de gênero, os homens ainda participam mais do mercado de trabalho e registram taxas de desemprego inferiores às femininas. Ademais, também se verifica a discriminação racial no mercado de trabalho, também presente em outras regiões brasileiras.

Os atributos da população ocupada vêm somente confirmar as tendências acima sintetizadas. A análise da evolução das características ocupacionais no Vale do Sinos, ao longo do período, identifica como as transformações no ambiente econômico repercutiram sobre o mercado de trabalho regional. A trajetória de precarização das formas de contratação e de fragilização da posição na ocupação marcou os anos 90, sob um contexto de abertura comercial e valorização cambial. Após 1999, essas tendências desfavoráveis foram estancadas e, nos últimos anos, esboça-se, inclusive, uma trajetória de reversão. Setorialmente, como em outras regiões metropolitanas nacionais, o setor industrial perdeu importância na estrutura ocupacional, em favor do Setor Terciário, principalmente do setor serviços. Em termos de ramos de atividades industriais, o setor calçadista perdeu mais de oito mil postos de trabalho ao longo dos anos 90, no Vale do Rio dos Sinos, recuperando-se logo em seguida à desvalorização cambial de 1999, e voltou a cair nos anos recentes. A análise da jornada de trabalho na região indica que a intensificação do trabalho, através do aumento da jornada e do uso do expediente de horas-extras, é usada em momentos de aquecimento da produção frente a conjunturas favoráveis do câmbio, como variável de ajuste de curto prazo.

Por fim, a evolução dos rendimentos no Vale do Rio dos Sinos é um aspecto que, realmente, necessita ser estudado em maior profundidade, pois sua dinâmica ao longo dos anos foi exatamente oposta à dos ciclos cambiais e à do mercado de trabalho do Vale do Rio dos Sinos. Talvez seja interessante debruçar-se mais detidamente sobre a hipótese dos baixos níveis salariais da indústria calçadista, já que o rendimento médio dos ocupados, em 2006, foi inferior no Vale do Rio dos Sinos frente ao verificado na RMPA como um todo.

Referências

CASTILHOS, Clarisse C. et al. **Impactos sociais e territoriais da reestruturação econômica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE; 1999.

CASTILHOS, Clarisse C.; PASSOS, Maria C. (Coord.). **Indústria gaúcha — competitividade e inovação**. Porto Alegre: FEE; UNISINOS, 1998.

COSTA, Achiles B. da; PASSOS, Maria C. (Org.). **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

AS MULHERES e o salário mínimo nos mercados de trabalho metropolitanos. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, DIEESE, v. 3, n. 32, mar. 2007.

FLIGENSPAN, Flávio B. (Coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER — FEE. **População do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2008b. Disponível em:
<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_estado_mapa_1.php>. Acesso em: 11 abr. 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER — FEE. **Produto Interno Bruto (PIB) total, estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) e população dos Coredes do RS — 2005**. Porto Alegre: FEE, 2008a. Disponível em:
<<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/>>. Acesso em: 11 abr. 2008.

IPEA. **Taxa de câmbio efetiva real — IPA-IT — das exportações de manufaturados brasileira**. Brasília, 2007. Disponível em:
<<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/>>. Acesso em: 10 nov. 2007.

INFORME PED. Porto Alegre, ano 15, n. esp., 2007.

SCHNEIDER, Eduardo M. Diagnóstico da indústria de máquinas agrícolas do Brasil e do Rio Grande do Sul nos anos 90. In: DESENVOLVIMENTO tecnológico, atividades econômicas e mercado de trabalho nos espaços regionais brasileiros. São Paulo: DIEESE/CESIT/CNPq, 2003. (CD-ROM).

SCHNEIDER, Eduardo M.; RODARTE, Mário M. S. Transformações no perfil da ocupação na Região Metropolitana de Porto Alegre entre meados da década de 90 e 2005: um estudo comparativo com as grandes metrópoles brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 10., Salvador, 2007. **Anais**. Salvador: ABET, 2007. (CD-ROM).

SCHNEIDER, Sérgio. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: COSTA, Achiles B. da; PASSOS, Maria C. (Org.). **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004. p. 25-49.